



## Governo não Cumpriu com as Acções Preparatórias Visando a Implementação do Pacote Anti-Corrupção em 2013

Em Junho de 2011, o Governo submeteu à Assembleia da República (AR) o “Pacote Legislativo Anti-Corrupção (PLAC)” para análise e aprovação. Como acções precedentes à implementação do pacote, o Governo acordou com os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) levar a cabo uma série de actividades preparatórias em 2012, visando a implementação efectiva do PLAC a partir de 2013.

Para efeitos de monitoria, foi estabelecido o indicador 26, que é mais abrangente, pois avalia o grau de realização das actividades preparatórias, bem como a implementação efectiva do próprio PLAC. A tabela abaixo indica as 8 principais acções de preparação para a implementação efectiva do PLAC, quando aprovado.

Tabela 1: Principais acções preparatórias para a implementação do PLAC acordadas entre o Governo e os parceiros

Diploma legal	Acções	Meta	Resultado	Observações
Pacote Legislativo Anti-Corrupção	1. Produção de um plano de acção baseado numa análise das capacidades institucionais existentes comparadas com as requeridas pelo pacote legislativo	Análise e plano de acção realizada até 31 de Julho de 2012	Não alcançada	Actividade com algum progresso, já fora do prazo
Revisão da Lei n.º 6/2004, de 17 de Junho – Lei Anti-Corrupção	2. Ajustamento do quadro de investigação do GCCC (magistrados, peritos, auditores e contabilistas), em função da Lei Orgânica do Ministério Público revista	Estatuto Orgânico aprovado 90 dias após a lei	Não alcançada	Está em progresso fora do prazo – foi já produzida uma proposta de ajustamento do quadro de pessoal para o GCCC

Diploma legal	Acções	Meta	Resultado	Observações
Lei orgânica do Ministério Público revista	3. Assegurar a sustentabilidade da mobilidade geográfica dos magistrados do Ministério Público	Prever no orçamento de 2013 o impacto orçamental da PGR e GCCC	Não clarificado - orçamento não discriminado	- Valor alegadamente alocado no Orçamento corrente da PGR
Lei de Protecção de Vítimas, Denunciantes, Testemunhas e Peritos em Processo Penal (LPVDTP)	4. Criar o Gabinete Central de Protecção a Vítima (GCPV)	Aprovados os instrumentos legais que criam o GCPV 90 dias após a aprovação da lei Prever o impacto orçamental da criação do GCPV no orçamento de 2013	Não alcançada	Não se vislumbram acções concretas visando a criação do GCPV
	5. Criar o quadro orgânico e de pessoal do GCPV	- Proposta do quadro orgânico e de pessoal aprovada 90 dias após a aprovação da lei		
Código Penal (CP)	6. Monitorar a aplicação do artigo 322 do CP sobre corrupção de magistrados judiciais, do Ministério Público e agentes de investigação criminal	Implementação do Plano de Integridade do Judiciário	Não alcançada - Revisão do CP não aprovada	Plano de Integridade do Judiciário em implementação
Código de Processo Penal (CPP)	7. Assegurar recursos para meios de investigação, incluindo a sustentabilidade de escutas telefónicas e outros	Prever no orçamento de 2013 o impacto orçamental: PGR/PIC	Não alcançada - Revisão do CPP não aprovada	
Lei de Probidade Pública (LPP)	8. Assegurar a sustentabilidade da implementação da LPP	Prever no Orçamento de 2013 o impacto orçamental	Em progresso	

Diploma legal	Acções	Meta	Resultado	Observações
LPP	9. Regular os dispositivos sobre conflitos de interesses e declaração de bens	Regulamento aprovado 90 dias após aprovação da LPP	Não alcançada	Fora do prazo - foi já criada a Comissão Central de Ética Pública
	10. Assegurar os recursos humanos (recrutamento, capacitação e nomeação) necessários para a operacionalização do sistema de declaração de bens e conflito de interesses, em função dos resultados da análise da capacidade institucional para a implementação da lei	Aprovação dos planos de formação para 2013		
		Plano e orçamento para recrutamento de novos funcionários em 2013 elaborados.		
11. Constituída a Comissão Central de Ética Pública	Regulamento para a eleição e eleitos os membros da CCEP, aprovado 90 dias após a aprovação da LPP			

Em sede da Revisão Anual (que é o fórum de balanço e avaliação das actividades do Governo e dos Parceiros de Cooperação) envolvendo o Governo, Parceiros e Sociedade Civil, realizada em Março e Abril, constatou-se que as metas que haviam sido acordadas para 2012, não foram alcançadas pelo Governo.

Tratando-se de acções preparatórias, depreende-se, do quadro acima, que não existem condições efectivas para a implementação do PLAC em 2013 pois, do total das actividades programadas para preparar a implementação do pacote, grande parte das mesmas não foram cumpridas dentro dos prazos e outras estão em incumprimento total até ao presente momento.

Outrossim, a informação que foi partilhada pelo Governo durante os encontros da Revisão

Anual sobre o processo, mostrou-se escassa e até incoerente em muitos aspectos, como na questão da apresentação de acções concretas realizadas, o seu estágio e os passos futuros a serem seguidos. Por seu turno, a Comissão Central de Ética Pública (CCEP) nunca se fez presente nos encontros e o estágio das actividades realizadas pela mesma permanece desconhecido. A informação sobre a Lei de Protecção de Vitimas, Denunciantes, Testemunhas e Peritos em Processo Penal nunca foi satisfatória, o que demonstra que pouco, ou quase nada, de substancial foi feito pelo Governo, em termos de acções de preparação visando a implementação efectiva deste diploma legal, aprovado em 2012.

No que tange ao CPP (cujo projecto de revisão se encontra depositado na AR como parte do

PLAC), não existe qualquer progresso atinente à sua aprovação e é um assunto que não tem sido debatido, se atendermos que o seu impacto orçamental é bastante substancial devido à introdução de novos meios de investigação criminal, como as escutas telefónicas e outros que requerem tecnologia bastante dispendiosa para os cofres do Estado.

Não fará sentido aprovar o CP (a Assembleia da República pretende aprovar o CP na sessão que está a decorrer), sem que, concomitantemente, se aprove o CPP, que é instrumental àquele e que operacionaliza os meios que este coloca à disposição para os órgãos de investigação criminal realizarem as suas actividades.

Pelo que se observa neste processo, existe um descomprometimento do Governo no cumprimento dos prazos de preparação das acções visando a implementação efectiva do PLAC, se se assumir que os parceiros têm desembolsado os fundos necessários para o efeito, atempadamente, e que a inércia advém do Governo como responsável em levar a cabo a actividade prática visando o cumprimento das metas acordadas.

## FICHA TÉCNICA

**Autor:** Baltazar Fael, **Director:** Adriano Nuvunga,  
**Edição:** Centro de Integridade Pública - CIP |  
**Layout and Design:** Nelson Gemo; **Tiragem:** 300  
exemplares; | **Endereço:** Rua Frente de Libertação  
de Moçambique, nº 354,  
Maputo - Mozambique

**Tel.:** +258 21 492335, **Cel.:** +258 82 301 6391,  
**Fax:** 258 21 492340 | **Caixa Postal:** 3266  
**E-mail:** cip@cip.org.mz  
**Website:** www.cip.org.mz;  
**Registo Nº:** 020/GABINFO-Dez/2007

### Parceiros



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development  
and Cooperation SDC



INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP  
Open Budgets. Transform Lives.



FORDFOUNDATION



Department for  
International  
Development



MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF DENMARK  
EMBASSY OF DENMARK, LONDON



SUÉCIA



ROYAL NORWEGIAN EMBASSY



Koninkrijk der Nederlanden